

ATA Nº 01/2026

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Taquaruçu do Sul/RS, realizou-se a primeira reunião da Comissão Gestora Municipal (CGM) responsável por organizar, articular e sistematizar as etapas de elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) 2026–2036, conforme designação estabelecida pela Portaria nº 211, de 06 de abril de 2026. A reunião contou com a presença dos membros designados pelas instituições que compõem a Comissão Gestora Municipal, sendo: Diana Chiele dos Santos, representante titular da Secretaria Municipal de Educação; Silvana Maria Turchetto, representante suplente da Secretaria Municipal de Educação, Ana Paula Noro Grabowski, ponto focal do município; Deise Baldin Cardozo, representante titular do Conselho Municipal de Educação; Marta Maria Volpatto Bottezini, suplente do Conselho Municipal de Educação; Fabrícia Trentin, representante titular do Fórum Municipal de Educação; e Credinara Teresinha Albarello Casagrande, suplente do Fórum Municipal de Educação. Inicialmente, foi apresentada a finalidade da Comissão Gestora Municipal, destacando seu papel na coordenação das ações necessárias à construção coletiva do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026–2036, em consonância com as orientações da Rede de Cooperação Técnica para os Planos Decenais de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Na sequência, procedeu-se à organização inicial dos trabalhos da Comissão, sendo discutidos os encaminhamentos necessários para o início do processo de elaboração do PME, tais como: estudo das orientações técnicas disponibilizadas pela Rede de Cooperação Técnica, levantamento de dados educacionais do município, análise do plano vigente e definição de estratégias de mobilização e participação da comunidade educacional. Também foi deliberado que, considerando a realidade do município e a necessidade de suporte técnico às atividades da Comissão Gestora Municipal, será constituída uma Comissão Técnica de Apoio, que auxiliará nos estudos, sistematização de dados, elaboração de diagnósticos e organização das contribuições para a construção do novo Plano Municipal de Educação. Durante a reunião, foi realizada ainda a definição da Coordenação da Comissão Gestora Municipal, ficando a coordenação sob responsabilidade de Ana Paula Noro Grabowski, que terá a atribuição de articular as reuniões, acompanhar o cronograma de trabalho e realizar os encaminhamentos institucionais necessários junto à Rede de Cooperação Técnica e aos órgãos municipais envolvidos. Por fim, foram discutidos os próximos passos do processo de elaboração do PME, incluindo os procedimentos para encaminhamento da nominata da Comissão e da presente ata à coordenação técnica estadual. Nada mais havendo a tratar, encerro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes. Taquaruçu do Sul/RS, 07 de abril de 2026. Ana Paula Noro Grabowski; Marta Maria Volpatto Bottezini; Diana Chiele dos Santos; Deise Baldin Cardozo; Fabrícia Trentin; Silvana Maria Turchetto; Credinara Teresinha Albarello Casagrande.

ATA Nº 02/2026 DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME 2015–2025

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, tendo continuidade nos dias vinte e seis, vinte e sete, vinte e oito e vinte e nove de maio de dois mil e vinte e seis, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, reuniu-se a Comissão Gestora Municipal para Elaboração do Plano Municipal de Educação – PME 2026–2036, nomeada pela Portaria nº 211, de 06 de abril de 2026, com o objetivo de realizar os estudos técnicos referentes à avaliação do Plano Municipal de Educação 2015–2025, etapa fundamental para a construção do diagnóstico que subsidiará a elaboração do novo Plano Municipal de Educação para o decênio 2026–2036. Durante a semana de trabalho, a comissão dedicou-se à análise das metas, estratégias e indicadores do PME vigente, realizando o preenchimento e a discussão das 20 Fichas de Avaliação do Plano Municipal de Educação, conforme metodologia orientada pelo Ministério da Educação e utilizada no processo de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação. As fichas de avaliação elaboradas contemplaram os seguintes temas: Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Alfabetização; Educação em Tempo Integral; Qualidade da Educação Básica e Aprendizagem; Escolaridade Média da População; Alfabetização e Escolaridade de Jovens e Adultos; Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional; Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Educação Superior; Titulação de Professores da Educação Superior; Pós-Graduação; Formação dos Profissionais da Educação; Valorização dos Profissionais do Magistério; Planos de Carreira dos Profissionais da Educação; Gestão Democrática da Educação; Financiamento da Educação; e Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação. Durante os trabalhos, foram analisados documentos oficiais, indicadores educacionais, dados do Censo Escolar, informações do INEP, resultados das avaliações externas, legislações vigentes e demais registros produzidos pela Secretaria Municipal de Educação, possibilitando uma avaliação criteriosa do nível de cumprimento das metas e estratégias estabelecidas para o período de vigência do PME 2015–2025. A Comissão destacou que este processo de avaliação constitui uma etapa indispensável para identificar avanços, desafios e necessidades da rede municipal de ensino, fornecendo um diagnóstico consistente que orientará a definição das metas, estratégias e ações do Plano Municipal de Educação 2026–2036, garantindo seu alinhamento às legislações educacionais vigentes, ao Plano Nacional de Educação e às demandas locais. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a semana de trabalho, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão Gestora Municipal.

Diana Elvira dos Santos,
Ana Paula Vitor Gaboviski, Denise Baldin Cardozo, Fabiano Trentin
Prodinara & família, Marcello Baragrande, Sandra Regina Thiele Sporchato
Suellen Maria Turbetta, Maria Maria Polzatto Batteini

ATA Nº 03 - REUNIÃO DA COMISSÃO GERAL E DAS EQUIPES TÉCNICAS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME 2026–2036

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se, por meio da plataforma Zoom, a reunião da Comissão Gestora e das Equipes Técnicas responsáveis pela elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) 2026–2036, com a participação da equipe técnica da SIMAE. A reunião foi iniciada pela professora Deise Baldin Cardozo, integrante da comissão gestora, que deu as boas-vindas a todos os participantes, agradecendo a presença e destacando a importância do comprometimento de cada integrante na construção do novo Plano Municipal de Educação. Na sequência, o assessor da SIMAE, Darci Bueno, conduziu a pauta da reunião, apresentando os 19 objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE), contextualizando sua relevância para a elaboração do Plano Municipal de Educação. Durante sua explanação, deu ênfase às metas consideradas prioritárias para a realidade do município e apresentou as orientações metodológicas para o desenvolvimento da primeira etapa da elaboração do PME, correspondente à construção do diagnóstico da educação de Taquaruçu do Sul. Ressaltou a importância de um diagnóstico fundamentado em dados oficiais, indicadores educacionais e informações da realidade local, que servirão de base para a definição das metas e estratégias do plano para o período de 2026 a 2036. Também foram esclarecidos os procedimentos para organização dos trabalhos, a metodologia de coleta e análise das informações e a necessidade de participação efetiva da Comissão Gestora e das Equipes Técnicas durante todas as etapas de elaboração do plano. Ficou definido que a Comissão Gestora passará os dados, levantados pela SIMAE para as equipes técnicas para que façam a análise e a sistematização dos dados necessários para a elaboração do diagnóstico, observando as orientações repassadas pela equipe da SIMAE e o cronograma de trabalho estabelecido, ficando definido que as equipes técnicas terão o prazo de até 15 de agosto de 2026 para fazer a devolutiva do diagnóstico a equipe gestora, que fará a compilação dos dados e envio à equipe do SIMAE. Em seguida, a Secretária Municipal de Educação e Cultura, Diana Chiele dos Santos, fez uso da palavra, agradecendo à equipe da SIMAE pela orientação técnica, bem como a todos os membros da Comissão Gestora e das Equipes Técnicas pela disponibilidade, comprometimento e dedicação em participar desse processo. Destacou a importância da elaboração de um Plano Municipal de Educação com vigência de dez anos, ressaltando que o documento norteará as políticas públicas educacionais do município, garantindo continuidade às ações, sempre com foco na melhoria da qualidade da educação. Conforme combinado em grupo de WhatsApp, a reunião foi gravada e disponibilizada no grupo para que todos os membros tivessem acesso a ela, tendo em vista que alguns não puderam participar por outros compromissos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes e pelos que tiveram acesso via link, para que produza seus efeitos legais.

Paula Noro Grobowski, Diana Chiele dos Santos, Fabrício Martin, Deise Baldin Cardozo, Bráulio Quinino, Marcelo Caspary, Sandra Regina Chiele Sponchiado, Luciane Stival, Lúcia Maria Turchetti, Marilene Fernandes, Jéssica Baratto, Raquel Stomatta, Nelson Fábio Zapetto, Maria Alice Zapetto Battezzati, Elisabete Hilari Stival, Nei Roberto Cancian, Juliana Cristina Treppi, Anderson, Gilvici, Jéssica Lambim, Maria Luiza Heck, Lídia D. Passati, Fausto Roberto, Jucelaine E. Silveira, Zapetto, Viviane Pagan, Priscilla Almeida da Rosa, Bruna C. A. Siqueira, André Silveira, etc.

ATA Nº 04

No período compreendido entre o primeiro dia do mês de julho e o décimo quinto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, a Comissão Gestora e as Equipes Técnicas responsáveis pela elaboração do Plano Municipal de Educação – PME 2026–2036 do Município de Taquaruçu do Sul realizaram reuniões e atividades de trabalho destinadas à análise dos objetivos do novo Plano Municipal de Educação, à elaboração, análise e sistematização do Diagnóstico da Educação do Município de Taquaruçu do Sul, bem como à organização dos encaminhamentos necessários para a realização da Audiência Pública. Em conformidade com as orientações recebidas da equipe técnica da SIMAE, as Equipes Técnicas e Comissão Gestora realizaram a análise e a sistematização de dados e informações referentes à realidade educacional do município, utilizando dados oficiais, indicadores educacionais e informações das diferentes etapas e modalidades de ensino. O trabalho teve como objetivo a construção do Diagnóstico da Educação Municipal, documento fundamental para identificar os avanços, desafios, necessidades e potencialidades da educação de Taquaruçu do Sul e subsidiar posteriormente, a definição das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação para o período de 2026 a 2036. Cada Equipe Técnica e a Comissão Gestora organizaram suas reuniões em dias e horários definidos de acordo com a disponibilidade de seus integrantes, garantindo a continuidade dos trabalhos e a participação dos membros envolvidos no processo. Durante as reuniões, foram analisados os dados levantados e discutidos os diferentes aspectos que compõem o diagnóstico educacional, realizando-se a sistematização das informações necessárias para a elaboração do documento. As discussões realizadas contribuíram para a compreensão da realidade e das necessidades do município e para a organização das próximas etapas de construção do Plano. Também foram realizados encaminhamentos para a organização da Audiência Pública, momento destinado à apresentação do processo de elaboração do PME e à participação da comunidade escolar e da população em geral na construção coletiva desta política educacional do município. Foram discutidas estratégias para a divulgação e mobilização da comunidade, buscando assegurar a participação democrática e o diálogo com os diferentes segmentos da sociedade. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão Gestora e das Equipes Técnicas participantes. Taquaruçu do Sul, 17 de agosto de 2026.

Deise Baldin Targos, Diana Bhuile dos Santos, Ana Paula
Nora Grabowski, Maria Maria Turchetto, Sandra Regina Bhuile Spanchiada,
Eduardo Prestin, Deise Lillovalles, Iguemar Singh, Cleandro Kelag, Stival
Michelle B. Pereira, Flávia Ferreira, Aminda Almeida da Rosa, C. Maria Perini,
Camlyn Juliano, Cristiana Trezzi, M. Leck, Gylleha, Sônia Boniati,
Guilherme Guerra, Maria Maria Polatto, Zatterini, Raquel Stanatta, Wilson
Rafael Polatto, Luciane Stival, Ana da Silva, Lique Boratti, Be-
linda Pereira, Marcello Borguini.

ATA Nº 05

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 8h15min, no Auditório da Agricultura, no Município de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, realizou-se Audiência Pública destinada à apresentação, apreciação e discussão do Diagnóstico do Plano Municipal de Educação – PME 2026–2036, com a participação de representantes do Poder Público Municipal, profissionais da educação, equipes técnicas responsáveis pela elaboração do diagnóstico, representantes de instituições e segmentos da comunidade, bem como demais interessados na política educacional municipal. A audiência teve como finalidade promover a transparência, a participação social e o diálogo com a comunidade acerca da realidade educacional do Município, tomando como referência os dados, indicadores, avanços, desafios e ações já desenvolvidas pelas redes e instituições de ensino, de modo a subsidiar a elaboração das metas, estratégias e prioridades do novo Plano Municipal de Educação para o período de 2026 a 2036. Na abertura dos trabalhos, foi apresentada a proposta da audiência e ressaltada a importância da participação da comunidade na construção do PME, considerando que o diagnóstico constitui instrumento fundamental para reconhecer a realidade educacional do Município, identificar os avanços já alcançados e apontar os principais desafios a serem enfrentados durante a vigência do novo Plano. Na sequência, as equipes técnicas responsáveis realizaram a apresentação dos resultados do diagnóstico, organizados por eixos e objetivos do Plano Municipal de Educação 2026–2036. Inicialmente, foi apresentado o diagnóstico referente à Educação Infantil, destacando-se como objetivo assegurar o acesso, a permanência e a oferta de uma Educação Infantil de qualidade, com condições adequadas para o desenvolvimento integral das crianças, contemplando a ampliação e manutenção do atendimento, a qualidade das práticas pedagógicas e a garantia de infraestrutura apropriada às necessidades da primeira infância. No diagnóstico apresentado, foi destacado que a pré-escola encontra-se universalizada, com atendimento de 100% das crianças de 4 e 5 anos, sendo registrado índice de atendimento superior às estimativas populacionais oficiais, circunstância relacionada também ao atendimento de crianças provenientes de municípios vizinhos. Quanto à creche, foi informado que o Município atingiu a meta intermediária de 60% de atendimento, permanecendo como desafio a ampliação progressiva da oferta para atender à demanda manifestada pelas famílias residentes no Município. Também foram apresentados os resultados relativos à qualidade da oferta, destacando-se que as turmas de Creche e Pré-Escola apresentam relação professor-aluno adequada aos parâmetros estabelecidos. Em relação à infraestrutura, foi registrado que a rede dispõe de condições estruturais adequadas em diversos aspectos, permanecendo como necessidade prioritária a ampliação dos espaços externos destinados às crianças, especialmente a implantação ou ampliação de parque infantil e de áreas verdes voltadas ao lazer e ao desenvolvimento infantil. Como perspectiva para o PME 2026–2036, foi ressaltada a necessidade de consolidar a universalização da pré-escola, ampliar progressivamente a cobertura da creche, acompanhar a demanda por atendimento em tempo integral e promover investimentos em infraestrutura, recursos humanos e espaços de lazer, de modo a assegurar condições adequadas para o desenvolvimento integral das crianças ao longo da vigência do novo Plano. No âmbito do Ensino Fundamental, foram apresentados dados referentes à alfabetização, ao acesso, trajetória e conclusão, à aprendizagem e à educação digital. Destacou-se que, em 2025, o Município apresentou percentual que já supera a meta prevista para 2031, permanecendo como desafio a consolidação das aprendizagens, especialmente na área de Matemática. Também foram apresentados dados relativos à trajetória escolar, destacando-se a distorção de 1,6% nos anos iniciais e a defasagem de 14,1% nos anos finais da rede pública. Foram ainda mencionadas ações já desenvolvidas, como busca ativa, reforço escolar, recuperação paralela, diálogo com famílias e estudantes e formação continuada. Quanto à aprendizagem, foi destacado que o Município ainda não atingiu integralmente as metas previstas, especialmente no que se refere ao avanço em Matemática e à ampliação dos níveis básico e adequado em Língua Portuguesa, sendo apontada a necessidade de fortalecer a recomposição das aprendizagens e reduzir as desigualdades educacionais. No Objetivo 6 – Educação Integral em Tempo Integral, foi apresentado que, em 2025, 111 dos 552 estudantes estavam inseridos em tempo integral, correspondendo a 20,11%, e que uma das três escolas ofertava essa modalidade. A equipe destacou que o atendimento está consolidado na Educação Infantil, mas que a expansão para o Ensino Fundamental ainda enfrenta

limitações estruturais, financeiras e de recursos humanos. Também foram apresentadas as necessidades relacionadas à infraestrutura, equipamentos, alimentação, organização curricular e pedagógica, recursos humanos, formação continuada, parcerias intersetoriais, transporte, segurança, participação das famílias e monitoramento da implementação. No Objetivo 7 – Conectividade, Educação Digital e Integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDICs à Educação, foi informado que tanto a rede municipal quanto a rede estadual possuem estrutura de conectividade, com internet nas salas de aula e ações voltadas à incorporação da computação e ao uso pedagógico das tecnologias, ressaltando-se que a rede estadual possui para uso interno 60 Chromebooks e a rede municipal possui laboratório de informática estruturado com 22 computadores desktop e 4 notebooks e que no ano de 2026 foi implantado o ensino de computação como componente curricular nos anos finais do ensino fundamental e de forma transversal na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. O diagnóstico apontou que o desafio passa da simples disponibilização de conectividade para a qualificação do uso das tecnologias como instrumento de aprendizagem, destacando-se a necessidade de formação permanente dos professores e de orientação para o uso ético, seguro e consciente das tecnologias e para o desenvolvimento da cidadania digital. No Objetivo 8 – Sustentabilidade Socioambiental na Educação, foi apresentado que o Município desenvolve ações de educação ambiental, hortas, reciclagem, palestras e campanhas de conscientização, além de manter parcerias com a EMATER, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e universidades. Como desafios foram apontados a elaboração de planos climáticos, a ampliação das ações relacionadas ao conforto térmico e a sistematização das ações de educação ambiental nos planos de trabalho dos docentes. No Objetivo 9 – Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola, registrou-se que, conforme a realidade municipal apresentada no diagnóstico, não há atualmente escolas indígenas, escolas do campo ou comunidades/escolas quilombolas no Município, sendo mantido o compromisso de garantir atendimento adequado caso surja demanda específica. Foram destacadas ações de valorização da diversidade cultural, incluindo atividades relacionadas à história e cultura indígena e afro-brasileira e projetos de valorização dos direitos humanos e da diversidade. No Objetivo 10 – Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos, o diagnóstico apontou que o Município atinge a meta de acesso e permanência para os estudantes de 6 a 17 anos, mantendo a oferta de Atendimento Educacional Especializado – AEE. Foi registrado, contudo, que ainda há necessidade de ampliar o atendimento aos estudantes de 4 e 5 anos em Sala de Recursos Multifuncionais. Também foram apresentadas as ações desenvolvidas, incluindo a elaboração do Plano Educacional Individualizado – PEI, atendimento em salas de recursos, parceria com a APAE de Frederico Westphalen e articulação com as áreas da Saúde e Assistência Social. Como perspectiva para o novo PME, foi destacada a possibilidade de estruturação de um centro de atendimento especializado com equipe multiprofissional. No Objetivo 11 – Educação de Jovens, Adultos e Idosos, foi apresentado que a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais é de 94,87%, porém o Município não possui turmas próprias de EJA. Foram destacadas ações de busca ativa da população não escolarizada, encaminhamento para instituições que ofertam EJA e disponibilização de transporte escolar gratuito aos estudantes. No âmbito da Educação Superior, foram apresentados os Objetivos 14, 15 e 16. Em relação ao Objetivo 14 – Acesso, Permanência e Conclusão na Graduação, destacou-se que o Município não possui instituição de ensino superior em seu território e que os estudantes frequentam instituições da região, contando com apoio municipal, especialmente por meio de transporte universitário e programas de auxílio. No Objetivo 15 – Qualidade da Graduação, registrou-se que a matéria não se aplica diretamente ao Município, uma vez que a regulação e avaliação das instituições de ensino superior competem aos órgãos responsáveis, cabendo ao Município atuar de forma indireta no apoio à formação dos estudantes. Quanto ao Objetivo 16 – Pós-Graduação stricto sensu, foi informado que não há dados municipais oficiais suficientes para mensurar com precisão o número de moradores com mestrado ou doutorado, sendo apontadas como ações existentes o transporte universitário para estudantes de pós-graduação, incentivos financeiros e adicionais de titulação previstos no Plano de Carreira do Magistério e incentivo à qualificação profissional. No Objetivo 17 – Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Básica, foi apresentado que o Município apresenta avanços na formação dos profissionais, mantendo ações de formação continuada e

valorização da carreira, registrando-se, em 2025, 100% dos docentes com formação superior. Foram mencionadas como ações existentes as formações pedagógicas, reuniões e jornadas pedagógicas, o incentivo a cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação e a observância do Plano de Carreira do Magistério e do Piso Salarial. No Objetivo 18 – Participação, Controle Social e Gestão Democrática na Educação Pública, foi apresentado que o Município possui base legal e institucional consolidada, com conselhos estruturados e fórum instituído, porém permanece o desafio de ampliar a participação da comunidade, fortalecer a autonomia dos órgãos colegiados e promover maior capacitação de conselheiros e gestores. Foram destacadas a atuação do Conselho Municipal de Educação – CME, do CACS-FUNDEB e do CAE, bem como ações de fortalecimento dos órgãos colegiados e acompanhamento social das políticas educacionais e dos recursos públicos. Por fim, no Objetivo 19 – Financiamento e Infraestrutura da Educação, foi apresentado que o Município cumpre a exigência constitucional de aplicação mínima em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, realizando investimentos contínuos na manutenção e melhoria das escolas. Ao mesmo tempo, foram identificados desafios relacionados à adequação da infraestrutura aos padrões nacionais de qualidade, à implementação do Custo Aluno-Qualidade – CAQ, às limitações orçamentárias, à dependência de transferências e ao aumento dos custos de manutenção. Foram mencionadas ações relacionadas à correta aplicação dos recursos vinculados à educação, manutenção e conservação dos espaços escolares e acompanhamento dos indicadores financeiros e educacionais. Após a apresentação dos dados e das análises realizadas pelas equipes técnicas, foi aberto espaço para manifestação dos participantes, ocasião em que foram apresentadas contribuições, questionamentos e sugestões para serem consideradas na continuidade da elaboração do Plano Municipal de Educação 2026–2036. No que se refere à Educação Infantil, foi apontado como desafio o incentivo à ampliação das áreas verdes destinadas a essa etapa de ensino, considerando a importância de espaços externos adequados para o desenvolvimento integral das crianças. Também foi levantado questionamento acerca da oferta de vagas para crianças provenientes de outros municípios, sendo sugerido que o atendimento observe, prioritariamente, a população residente no Município. Nesse sentido, foi sugerida a adoção de processo de seleção regulamentado por edital, com critérios objetivos de comprovação da residência e demais requisitos pertinentes à ocupação das vagas. Ainda em relação à Educação Infantil, no Objetivo 4, foi apresentada sugestão para que sejam ampliadas as oportunidades de formação específica em Matemática para os profissionais que atuam na Educação Infantil, considerando a necessidade de fortalecer as práticas pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento do pensamento matemático desde as primeiras etapas da escolarização. A contribuição foi registrada para análise e eventual incorporação às estratégias do PME. No Objetivo 6 – Educação Integral em Tempo Integral, foi sugerida a implantação progressiva do atendimento em tempo integral para os estudantes dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, como possibilidade de ampliação da jornada escolar e fortalecimento das oportunidades de aprendizagem, observadas as condições de infraestrutura, recursos humanos, financiamento e organização pedagógica necessárias à implementação. No Objetivo 7 – Educação Digital, foi sugerida a realização de formações presenciais e práticas em Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDICs, com enfoque na utilização pedagógica dos recursos tecnológicos disponíveis, de modo que os profissionais possam vivenciar e desenvolver práticas aplicáveis ao cotidiano escolar. No Objetivo 8 – Sustentabilidade Socioambiental, foi sugerido o fortalecimento da parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, bem como a realização de um número maior de campanhas de conscientização ambiental junto às escolas e à comunidade, ampliando a abordagem da educação ambiental e da sustentabilidade no âmbito municipal. No Objetivo 10 – Educação Especial Inclusiva, foi apresentada a sugestão de que a EMEF Afonso Balestrin disponha de 40 horas semanais de atendimento em Atendimento Educacional Especializado – AEE, como medida destinada a fortalecer a oferta e ampliar as condições de atendimento aos estudantes público da Educação Especial, ficando a proposta registrada para análise quanto à sua viabilidade e compatibilidade com a organização da rede. No Objetivo 17 – Formação e Valorização dos Profissionais da Educação, foi mencionada pelos participantes a Lei nº 15.462/2026, apontada durante a audiência como norma que garantiria aos professores da rede pública o direito ao licenciamento periódico remunerado para formação continuada. A referência foi

registrada como contribuição para análise da equipe responsável pelo PME e eventual verificação de sua pertinência, aplicabilidade e compatibilidade com a legislação municipal e demais normas que regem a carreira dos profissionais da educação. As manifestações realizadas durante a audiência foram acolhidas como contribuições ao processo de construção do Plano Municipal de Educação 2026–2036, ficando registrado que os apontamentos apresentados serão analisados pelas equipes responsáveis e poderão subsidiar o aperfeiçoamento das metas, estratégias e ações do documento, observados os dados do diagnóstico, a legislação vigente, as competências do Município e as condições técnicas, administrativas e orçamentárias para sua implementação. Ao final, foi ressaltada a importância da participação social no processo de elaboração do PME, considerando que o Plano deverá constituir instrumento de planejamento da política educacional municipal para a próxima década, orientando ações destinadas à garantia do acesso, permanência, aprendizagem, inclusão, equidade, valorização dos profissionais da educação, gestão democrática e melhoria das condições de oferta educacional. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Audiência Pública, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão Gestora, para que produza os efeitos administrativos pertinentes. Como registro de participação integra a presente ata, em anexo, a lista de presença dos participantes. Taquaruçu do Sul/RS, 09 de setembro de 2026.

Deise Baldin Cardoso, Ana Paula Nora Grabowski, Mateus Manoel Baptista Botelho, Valécia Trentin, Zivara Maria Tibbello, Diana Elviele dos Santos, Dalila Pereira, Alisson dos Passos



AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME 2026-2036)
09 DE SETEMBRO – 8h15min –
AUDITÓRIO DA AGRICULTURA/TAQUARUÇU DO SUL-RS

LISTA DE PRESENÇA

NOME	CPF	ENTIDADE	ASSINATURA
Sandra Regina Biele Spenchudo	462.502.390-49	EMEF Afonso Balentin	S. Spenchudo
Ana Paula Nere Grabulski	017.812.280-78	SMEC	Ana Paula Nere G.
Diana Biele dos Santos	462.502.710-15	SMEC	D. Santos
Siwne Maria Turchetto	462.497.100-00	SMEC	S. Turchetto
Deise Baldini Cardozo	014.595.880-96	SMEC	Deise B. Cardozo
Michelle B. B. Pereira	082.774.959-78	Emei Pedacinho do Bão	[Signature]
Elisandra H. Simão	001.637.980-28	Emei Pedacinho do Bão	[Signature]
Maribing Fernandes	00538745010	Afonso Balentin	Mf
Nathalia Bink	049.688.680-06	Emei Pedacinho do Bão	Nathalia Bink
Deise Bubenlissa	033.882.640-82	Emei Ped. do Bão	[Signature]



AUDIÊNCIA PÚBLICA

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME 2026-2036)

09 DE SETEMBRO – 8h15min –

AUDITÓRIO DA AGRICULTURA/TAQUARUÇU DO SUL-RS

LISTA DE PRESENÇA

NOME	CPF	ENTIDADE	ASSINATURA
Fabírcia Gentin	017.427.150-60	EMEI Ledaíris de Lenc	
Isaura C. Braga Travençolo	003.412.160-97	EMEI Tadeu do Lenc	
Ana Paula Mazzutti	002.436.580-79	Sac. Coord. e Acompanhamento	Ana Paula K.
Maria Cláudia Araújo Rosa	006.199.330-09	EMEI Ledaíris de Lenc	Maria Cláudia Rosa
Fernanda Ruoni	012.348.030-63	EMEF Aronzo Balistrin	Fernanda Ruoni
Arminda Almeida da Rosa	063.416.700-44	EMEF Aronzo Balistrin	Arminda Almeida da Rosa
Cilene Ruoni Gambini	002.253.920-46	EMEF Aronzo Balistrin	Cilene Ruoni
Juliana Cristina Trezzi	034.094.100-05	EMEF Aronzo Balistrin	Juliana Trezzi
Marlene Travençolo do Siqueira	026.136.380-08	Plano Municipal de Educação	Marlene Travençolo
Juliana Fontoura	058.084.860-02	Educação	Juliana Fontoura

LISTA DE PRESENÇA

NOME	CPF	ENTIDADE	ASSINATURA
Fabiana Martins	017.423.150-60	EMEF Pedrinho do Céu	
Leunigwa C. Bryer Junior	003.412.160-97	EMEF Pedrinho do Céu	
Ana Paula Mazutti	002.436.580-79	Soc. Coord. e Transporte	Ana Paula R.
Maria Heleni Bruni Rosa	006.199.370-09	EMEF Pedrinho do Céu	Maria Heleni Rosa
Fernanda Ruani	012.348.030-63	EMEF Afonso Balentin	Fernanda Ruani
Arminda Almeida da Rosa	063.416.700-44	EMEF Afonso Balentin	
Gilgia Virgini Cambrin	002.253.920-46	EMEF Afonso Balentin	
Juliana Cristina Trezzi	034.094.100-05	EMEF Afonso Balentin	
Joazoni Trujento do Rio	026.536.380-02	Plano Municipal	Joazoni
Juliana Fontoura	058.087.860-02	Educação	Juliana Fontoura



AUDIÊNCIA PÚBLICA PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME 2026-2036) 09 DE SETEMBRO - 8h15min - AUDITÓRIO DA AGRICULTURA/TAQUARUÇU DO SUL-RS

LISTA DE PRESENÇA

NOME	CPF	ENTIDADE	ASSINATURA
Maria Luiza Fleck	000.445.370-00	E. José Zanatta	
Wendelaine B. D. Valpelli	703.269.890-91	E. José Zanatta	
Valdinei Abail M. R.	986.292.240-34	EMEF	
Maricéla Augustus Scognara	002.659.711-01	EMEF Pedrinho do Céu	
Daniela Camar	015.941.490-94	EMEF Afonso Balentin	
Raquel Zanatta Zanatta	999.126.295	EMEF Afonso Balentin	